

# Gabarito do 1º Exame de Ordem de 2002

## ALTERNATIVAS CORRETAS EM AZUL

### DIREITO CONSTITUCIONAL

01) Assinale a alternativa correta:

(F) O controle de constitucionalidade de lei municipal face a Constituição Federal é feito na modalidade concentrada.

(V) O mandado de segurança é uma das ações em que se pode suscitar o controle incidental da constitucionalidade.

(F) Não existe controle difuso da constitucionalidade no ordenamento brasileiro.

(F) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão é forma de controle difuso da constitucionalidade.

02) Quanto à Ação Popular é correto afirmar:

(F) É instrumento constitucional colocado à disposição do cidadão para apresentar projeto de lei, desde que subscrito por um por cento do eleitorado nacional distribuído por pelo menos cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

(F) É ação mediante a qual o cidadão têm acesso a informações confidenciais mantidas pelos órgãos públicos a seu respeito.

(V) É um remédio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

(F) Direito assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, nacional ou estrangeira, para apresentar reclamações aos Poderes Públicos, Legislativos, Executivo e Judiciário, bem como ao Ministério Público.

03) O Usucapião constitucional urbano favorece:

(V) Aquele que possuir como sua área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de uso família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

(F) Aquele que não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a 50 hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, e tendo nela a propriedade.

(F) Aquele que, por 15 (quinze) anos, sem interrupção, nem oposição possuir como seu um imóvel, independente de título e boa-fé.

(F) Aquele que possuir como sua área urbana, de boa-fé, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de uso de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

04) A competência recursal extraordinária do Supremo Tribunal Federal se dará:

(F) Para processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

(F) Para julgar o habeas corpus, o mandado de segurança e o mandado de injunção, decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

(F) Para homologar sentenças estrangeiras e conceder o exequatur às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno ao seu Presidente.

(V) Para julgar as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contraria dispositivo da Constituição Federal, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal ou julgar válida lei ou ato de governo local em face da Constituição Federal.

05) Segundo o princípio do Juiz natural:

(F) Todos são iguais perante a lei.

(F) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

(V) Não haverá juízo ou tribunal de exceção.

(F) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

06) Considerando-se a diferença entre a revogação e a anulação de um ato administrativo, é correto afirmar que:

(F) A revogação pode ser levada a efeito tanto pela Administração Pública, quanto pelo Poder Judiciário quando provocado.

(F) A revogação pressupõe sempre a existência de um ato ilegal e ineficaz.

(F) O ato administrativo só pode ser anulado por ação própria, sendo vedado à Administração Pública fazê-lo diretamente por não lhe ser reconhecido o controle da legalidade.

(V) A revogação de um ato administrativo, incumbência exclusiva da Administração Pública que o praticou, pressupõe a existência de um ato legal e eficaz, operando ex nunc.

07) O direito de retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é o direito de:

(F) Reversão.

(F) Retrocessão.

(V) Encampação.

(F) Tredestinação.

08) Assinale a alternativa correta:

(F) A supremacia do interesse público sobre os individuais não é mais considerado princípio do Direito Administrativo, tendo sido substituído pelo princípio da finalidade pública.

(V) O princípio da impessoalidade, observado em relação aos administrados, significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público

que tem que nortear o seu comportamento.

(F) Segundo a presunção de legitimidade ou de veracidade, uma vez que a Administração Pública se submete à lei, presume-se que todos os seus atos sejam verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes. Trata-se de presunção absoluta.

(F) O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique apenas os fundamentos jurídicos de suas decisões.

09) Assinale a alternativa correta:

(F) Convite é a modalidade de licitação realizada entre interessados previamente cadastrados ou que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(F) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre, no mínimo, três interessados do ramo pertinente a seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos pela unidade administrativa.

(F) Convite, leilão, pregão e tomada de preços são modalidades de concorrência.

(V) Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, promovida exclusivamente no âmbito da União, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública.

10) Assinale a alternativa correta:

(V) Os terrenos de marinha são bens da União e têm natureza de bens dominicais, uma vez que podem ser objeto de exploração pelo Poder Público, para obtenção de renda.

(F) Os bens dominicais são aqueles bens de uso comum do povo, como por exemplo as terras devolutas.

(F) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens dos respectivos Estados e de uso especial.

(F) As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem exclusivamente ao proprietário do solo.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

11) Na hipótese de pagamento indevido realizado em 10 de março de 1992, de tributo sujeito a lançamento direto, em que o contribuinte pleiteou administrativamente a restituição do indébito no último dia de seu prazo decadencial, e teve denegado o seu pleito administrativo de repetição dois anos depois por decisão definitiva, pode-se dizer que o prazo prescricional para a propositura da respectiva ação anulatória dessa decisão administrativa denegatória:

(F) Expirou em março de 2000.

(V) Expirou em março de 2001.

(F) Terminou em janeiro de 2002.

(F) Ainda não terminou.

12) No que pertine aos princípios constitucionais tributários, é certo que:

(F) O princípio da anualidade impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

(V) As contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social, diferentemente das contribuições de melhoria, estão sujeitas ao princípio da anterioridade nonagesimal.

(F) Por força do princípio da estrita legalidade, a lei tributária não poderá alterar os conceitos e as formas de direito privado.

(F) O princípio da uniformidade geográfica impede a concessão de incentivos fiscais quando estes estiverem apenas voltados para a correção de desequilíbrios regionais.

13) Assinale a alternativa correta:

(F) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em dez anos contados da data da constituição definitiva do crédito.

(V) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da data da constituição definitiva do crédito.

(F) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em vinte anos contados da data da ocorrência do fato gerador.

(F) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da data da ocorrência do fato gerador.

14) Assinale a alternativa correta:

(V) No regime de substituição tributária, é assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga a título de imposto ou contribuição caso, posteriormente, não se realize o fato gerador presumido.

(F) Aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é permitido estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

(F) A União pode instituir isenções de tributos estaduais e municipais, desde que o faça para promover o equilíbrio sócio-econômico das diferentes regiões do País.

(F) Compete aos Municípios exigir imposto decorrente de transmissão de imóvel mediante doação.

15) Assinale a alternativa correta:

(F) A base de cálculo do imposto sobre importação é, quando a alíquota seja ad valorem, a unidade de medida adotada pela lei tributária.

(F) A existência de escola primária e posto de saúde, construídos ou mantidos pelo Poder Público, a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel, são suficientes para determinar que este se encontra em zona urbana definida em lei municipal.

(F) Para efeitos do imposto sobre produtos industrializados, somente considera-se industrializado aquele aperfeiçoado para consumo final.

(V) Sobre a prestação de serviços de transporte interestadual incide imposto de competência estadual.

DIREITO COMERCIAL

16) Qual das seguintes atribuições não é privativa da assembléia geral das sociedades anônimas:

(F) Autorizar a emissão de partes beneficiárias e debêntures.

(F) Reformar o estatuto social.

(V) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os diretores da companhia.

(F) Autorizar o pedido de concordata pelos administradores.

17) Sobre sociedades mercantis, assinale a alternativa correta:

(F) A responsabilidade dos sócios da sociedade limitada é limitada ao preço de suas quotas.

(V) A responsabilidade dos acionistas da sociedade anônima é limitada ao preço de emissão de suas ações.

(F) Sociedade mercantil e pessoa jurídica são expressões sinônimas.

(F) A existência de sociedade mercantil com apenas um sócio é ilícita e juridicamente impossível.

18) Em matéria de falência e concordata, assinale a alternativa correta:

(F) Contra a sentença que decreta a falência, o recurso cabível é a apelação cível; e contra a sentença que deixa de decretá-la, cabe agravo de instrumento.

(F) Contra a massa correm juros, desde que estipulados expressamente, ainda que o ativo apurado não baste para o pagamento do principal.

(V) Pode ser requerida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao falido nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento da falência, se ainda não alienadas pela massa.

(F) O devedor pode obter a concordata preventiva, desde que exerça o comércio há mais de dois anos, possua ativo cujo valor corresponda a mais de 60% (sessenta por cento) do seu passivo quirografário, não seja falido e não tenha título protestado por falta de pagamento ou aceite.

19) A respeito de títulos de crédito, assinale a alternativa correta:

(F) Uma letra de câmbio não pode ser sacada por várias vias, inadmitindo-se a pluralidade de exemplares.

(F) Prescreve em cinco anos, a contar de seu vencimento, a ação para a cobrança da nota promissória, pela via executiva, contra o emitente e seus avalistas.

(V) A duplicata de prestação de serviços sem aceite admite protesto, podendo ser cobrada judicialmente desde que acompanhada de documento hábil comprobatório da execução do serviço.

(F) O pagamento de cheque não pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval prestado por terceiro, exceto o sacado, ou mesmo por signatário do título.

20) Sobre o penhor mercantil, é correto afirmar:

(F) O credor que recebeu a coisa em penhor não se considera depositário.

(F) É proibida a alienação, pelo credor, do bem dado em penhor, mesmo com autorização do devedor.

(F) Após vencida a dívida, pode o credor pignoratício promover a venda direta do bem dado em garantia.

(V) O contrato de penhor mercantil somente se prova por escrito e assinado por quem recebe o penhor.

## DIREITO CIVIL

21) Assinale a alternativa CORRETA:

(F) A validade do ato jurídico independe de agente capaz, toda vez que objeto for lícito e tenha forma prescrita ou não defesa em lei.

(V) As pessoas absolutamente incapazes serão representadas pelos pais, tutores, ou curadores em todos os atos jurídicos; as relativamente incapazes pelas pessoas e nos atos que o Código Civil determina.

(F) Nas declarações de vontade se atenderá ao sentido literal da linguagem, sobrepondo-se à intenção declarada.

(F) O erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará sempre o ato.

22) Assinale a alternativa CORRETA:

(F) É anulável o ato jurídico: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, fraude ou quando praticado por pessoa absolutamente incapaz.

(F) Anulado o ato, restituir-se-ão as partes ao estado, em que antes dele se achavam, não cabendo indenização em caso de não ser possível restituí-las.

(V) O menor, entre 16 e 21 anos, equipara-se ao maior quanto às obrigações resultantes de atos ilícitos, em que for culpado.

(F) O ato anulável não pode ser ratificado pelas partes, salvo direito de terceiro.

23) Sobre a adoção assinale a alternativa CORRETA:

(F) A adoção pode ser deferida quando atendido ao requisito de capacidade do adotante, independente de vantagens que esta adoção trará ao adotando.

(F) A adoção pode, a critério do adotante, ser revogada.

(F) Em caso do falecimento dos adotantes, se restabelecerá o pátrio poder dos pais naturais.

(V) A sentença judicial, que estabelece o vínculo de adoção, conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido deste, poderá determinar a modificação do prenome.

24) Assinale a alternativa CORRETA:

(F) Uma lei publicada no Brasil começa a vigorar sempre 45 dias após ser publicada oficialmente.

(F) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna o requisito único de ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

(F) Quando o texto legal for omissivo, não pode o juiz utilizar os costumes para suprir tal omissão, podendo utilizar apenas a analogia e os princípios gerais de direito.

(V) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

25) Assinale a alternativa CORRETA.

(V) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio, ou propriedade.

(F) É possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com

outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

(F) A posse de boa fé configura-se apenas quando o possuidor provar que tem justo título.

(F) O locatário exerce a posse direta e indireta sobre o bem locado.

26) Sobre os "efeitos da posse" assinale a alternativa CORRETA:

(V) O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contanto que pratique logo os atos de defesa, ou de desforço, não podendo, entretanto ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da sua posse.

(F) Quando mais de uma pessoa se disser possuidora será nomeado judicialmente um terceiro possuidor, que possuirá e conservará o bem enquanto tramita a discussão judicial.

(F) Na posse nova (menos de ano e dia), o possuidor será mantido ou reintegrado judicialmente, independente daquele que prove possuir a posse por justo título.

(F) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto durar a posse, aos frutos percebidos, mas responderá a toda e qualquer perda ou deterioração da coisa.

27) Assinale a alternativa CORRETA:

(F) Nas obrigações de fazer, o credor pode aceitar de terceiro a prestação, quando o devedor assim dispuser.

(V) Em se tratando de obrigações solidárias, cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

(F) No caso de obrigação de não fazer, se o devedor vier a praticar o ato, a cuja abstenção se obrigara, ao credor restará apenas ser ressarcido por perdas e danos.

(F) A cláusula penal deve ser sempre estipulada conjuntamente com a obrigação e nunca em ato posterior, sendo exigida apenas quando da inexecução completa de uma obrigação.

28) Assinale a alternativa CORRETA:

(V) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contraentes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

(F) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.

(F) A manifestação da vontade, nos contratos, deve ser expressa, não se admitindo ser tácita.

(F) No direito não existem contratos aleatórios.

29) Assinale a alternativa correta:

(F) Nas obrigações por atos ilícitos o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

(V) A responsabilidade civil é independente da criminal; não se poderá, porém, questionar mais sobre a existência do fato, ou quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no crime.

(F) O patrão não pode ser responsabilizado pela reparação civil que seu empregado provocar no exercício do trabalho que lhe competir.

(F) O dono do edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, quando isto resultar de fato provocado por terceiro.

30) Sobre a União Estável assinale a alternativa correta:

(F) Os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho daquele que primeiro comprovar que contribuiu com esforço único na aquisição do bem.

(F) Apenas os bens imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito.

(F) Apenas os bens móveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito.

(V) Os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito.

## DIREITO PENAL

31) Normas penais em branco são:

(F) Leis revogadas.

(V) De conteúdo incompleto que exigem complementação por outra norma jurídica.

(F) Aquelas que não trazem qualquer conteúdo normativo.

(F) Leis derogadas.

32) Nos crimes de imprensa, a decadência do direito do ofendido oferecer queixa ou representação ocorre no prazo de:

(V) Três meses.

(F) Um mês.

(F) Um ano.

(F) Seis meses.

33) Assinale a alternativa correta:

(F) Em hipótese alguma a pena privativa de liberdade pode ser convertida em pena restritiva de direito.

(F) Ao condenado reincidente é expressamente proibida a substituição da pena.

(V) A pena restritiva de direitos pode ser convertida em pena privativa de liberdade, na hipótese do descumprimento injustificado da restrição do direito imposta.

(F) A pena privativa de liberdade de até 4 anos, mesmo no caso de crime cometido mediante grave ameaça à pessoa, pode ser substituída por pena restritiva de direitos.

34) Assinale a alternativa correta:

(F) A venda de coisa alheia como própria é ilícito civil, não configurando crime de estelionato.



(V) A venda de bem gravado de alienação fiduciária constitui crime de estelionato.

(F) O fornecedor que entrega quantidade de produto menor que a contratada, não comete estelionato.

(F) O cheque dado como garantia de pagamento e posteriormente sustado pelo emitente, caracteriza estelionato.

35) Assinale a alternativa correta:

(F) A contagem de prazo para o direito penal exclui o dia do começo.

(F) Devem ser considerados para as penas privativas de liberdade as frações de dia.

(F) Nas penas de multa não são desprezíveis as frações de moeda.

(V) A contagem de prazo para o direito penal inclui o dia do começo.

36) Assinale a alternativa correta:

(F) Se o criminoso, ao tempo do fato ou na data da sentença, for maior de setenta (70) anos, a pena é reduzida pela metade.

(F) Se o criminoso, ao tempo do fato ou na data da sentença, for menor de vinte e um (21) anos, terá reduzido pela metade o prazo de prescrição.

(V) Se o criminoso, ao tempo do crime for menor de vinte e um (21) anos, terá reduzido pela metade o prazo de prescrição.

(F) Se o criminoso, ao tempo do fato ou na data da sentença, for menor de vinte e um (21) anos, a pena é reduzida pela metade.

37) Sobre os atos executórios do crime é correto afirmar:

(F) O erro sobre pessoa é uma discriminante putativa.

(F) O erro sobre pessoa contra a qual se pretendia praticar o crime isenta o agente de pena.

(V) Se do erro na execução do delito o agente atinge também a pessoa que pretendia ofender, ocorre concurso formal.

(F) Se do erro na execução do delito o agente atinge também a pessoa que pretendia ofender, ocorre crime continuado.

38) Sobre os crimes de difamação e injúria é correto afirmar:

(V) A difamação consiste na imputação de fato ofensivo à reputação da vítima; a injúria pode consistir em violência ou vias de fato; não é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pelo procurador da parte.

(F) A injúria consiste na ofensa da dignidade ou decoro da vítima; a injúria não pode consistir em violência ou vias de fato; não é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pela parte ou seu procurador.

(F) A difamação consiste na imputação de fato ofensivo à reputação da vítima; a injúria pode consistir em violência ou vias de fato; é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pela parte ou seu procurador.

(F) A injúria consiste na ofensa da dignidade ou decoro da vítima; a injúria não pode consistir em violência ou vias de fato; é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pela parte ou seu procurador.

39) Assinale a alternativa correta:

(V) A lei penal posterior que favoreça o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado.

(F) O agente pode ser punido pelo fato delituoso, mesmo que lei posterior deixe de considerá-lo como crime.

(F) A lei mais favorável não se aplica no caso de haver sentença condenatória transitada em julgado.

(F) A lei penal posterior não se aplica aos casos anteriores.

40) Assinale a alternativa correta:

(F) O crime tentado é punido com a mesma pena do crime consumado.

(F) Diz-se crime tentado aquele que, iniciada a execução, não se consuma pelo fato de o agente desistir de prosseguir na execução.

(V) O crime consumado caracteriza-se pela reunião nos atos executórios de todas as elementares do tipo.

(F) Se o agente impede que se produzam os efeitos de sua ação, o crime não se consuma, caracterizando a forma tentada, diminuindo-se a pena de 1/3 a 2/3.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41) Nos Juizados Especiais Cíveis, tem-se como alternativa correta:

(F) Caberá ação rescisória nos Juizados Especiais Cíveis, dentro do limite do art. 485 do Código de Processo Civil.

(V) A cumulação de pedidos é admitida e, em casos de competência em razão da matéria, os pedidos cumulados, desde que conexos, também podem existir em causas que ultrapassem os 40 salários mínimos.

(F) No caso de execução de título executivo extrajudicial, efetivada a penhora e infrutífera a audiência de tentativa de conciliação, o devedor poderá apresentar os embargos no prazo de cinco dias seguintes da audiência.

(F) Os embargos à execução precisam, necessariamente, ser ofertados em autos próprios.

42) Assinale a alternativa correta:

(F) É impossível cumular-se na Ação Rescisória, o pedido de rescisão da sentença com o pedido de novo julgamento da causa.

(F) A União, o Estado, o Município e o Ministério Público, quando autores da Ação Rescisória, deverão depositar a importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, à título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.

(F) A propositura da Ação Rescisória suspende imediatamente a execução da sentença rescindenda.

(V) O erro em sentença que viabiliza a Ação Rescisória refere-se a admissão de um fato inexistente ou a inexistência de um fato efetivamente ocorrido.

43) Assinale a alternativa correta:

(F) A oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo são os únicos institutos de intervenção de terceiros existentes no Código de Processo Civil.

(F) Somente o réu possui legitimidade para denunciar à lide.

(V) A sentença de procedência que condenar o chamante e o chamado valerá como título executivo em favor do que satisfizer a dívida, para exigí-la por

inteiro ou a cota parte que na proporção lhe couber.

(F) A oposição deve ser ajuizada antes da audiência de instrução e julgamento, sob pena de seu indeferimento liminar.

44) Quanto aos Recursos nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

(V) Sendo a sentença prolatada em audiência, o prazo recursal começa a fluir desde então, independentemente de intimação do réu que não compareceu à audiência.

(F) Os recursos serão apreciados por juízes togados de segundo grau de jurisdição, os quais constituem as Turmas Recursais.

(F) A apelação deverá ser interposta no prazo máximo de quinze dias a contar da prolação da sentença.

(F) Devido ao inconformismo com o acórdão proferido pela Turma Recursal, pode a parte interpor recurso especial.

45) Assinale a alternativa correta:

(F) A ação declaratória incidental é demanda de legitimidade exclusiva do réu e serve para requerer a declaração por sentença de questão prejudicial ao mérito.

(V) O ajuizamento da ação declaratória incidental não importa em aumento na cognição do juiz, posto que normalmente o magistrado haveria de conhecer da questão prejudicial ao mérito.

(F) A desistência da ação principal não importa em extinção da ação declaratória incidental, pois esta se constitui como ação autônoma.

(F) A ação declaratória incidental pode ser utilizada inclusive em processo de execução, a fim de solucionar questão atinente à existência ou inexistência de relação jurídica.

46) Assinale a alternativa correta:

(F) A sentença que julga improcedente por insuficiência de provas a Ação Popular impede que se ajuíze nova demanda com idêntico fundamento, sob pena de ofensa à coisa julgada.

(F) Na ação popular é vedado o instituto da assistência ao autor, sendo possível somente a existência de litisconsórcio ativo.

(F) Da sentença que julgar procedente a ação popular caberá Apelação sem efeito suspensivo, em razão da relevância jurídica e social do objeto da demanda.

(V) No caso do autor desistir da ação popular, qualquer outro cidadão poderá promover o prosseguimento da ação.

47) Assinale a alternativa correta em se tratando dos Juizados Especiais Cíveis:

(F) O juiz não poderá colocar limites à produção probatória ou excluir aquelas que considere excessivas.

(F) O juiz poderá extinguir o processo alegando que a demonstração do feito depende de prova pericial.

(F) A pessoa jurídica não pode figurar no pólo ativo da demanda, tampouco formular pedido contraposto.

(V) A Lei 9.099/95 impede que o preso seja autor ou réu nos Juizados Especiais Cíveis.

48) Assinale a alternativa correta:

(F) A sentença condenatória vale como título constitutivo de hipoteca judiciária, exceto quando o autor puder promover a execução provisória.

(F) É vedado ao juiz, após receber recurso de apelação oferecido contra a sentença que indeferiu liminarmente a petição inicial, alterar o mérito de sua decisão, posto que, com a sentença, já entregou a prestação jurisdicional, sendo de competência do órgão judiciário hierarquicamente superior analisar o recurso, dando ou não o provimento requerido.

(V) A ausência dos pressupostos processuais negativos viabilizam a análise de mérito da ação e, eventualmente, julgar do pedido do autor.

(F) O juiz não poderá de ofício conhecer de fatos supervenientes à propositura da ação no momento em que proferir a sentença.

49) Assinale a alternativa correta:

(F) Da decisão proferida por Relator em Recurso de Apelação, que julga extinto o processo em face da ausência das condições da ação, não cabe agravo, mas viável os Recursos Extraordinário e Especial.

(F) O Tribunal não poderá, em qualquer hipótese, julgar a lide quando a Apelação for interposta contra sentença que tiver extinto o processo sem julgamento do mérito, sob pena de haver a supressão de instância.

(F) A Apelação interposta contra sentença que homologa a divisão haverá de ser recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.

(V) O Tribunal poderá conhecer, em Recurso de Apelação, questões anteriores à sentença, mesmo que não tenham sido decididas em primeira instância.

50) Em audiência de instrução e julgamento é correto afirmar que:

(F) O oponente sustentará suas razões depois dos opostos, posto que estes são as partes no processo principal.

(F) O juiz deverá permitir que o réu assista o depoimento do autor, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

(F) Na ordem de produção das provas, primeiro vem o depoimento das partes, depois a inquirição das testemunhas e, por último, a oitiva dos peritos e assistentes técnicos.

(V) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não compareceu à audiência.

51) Em relação a Revelia no Juizado Especial Cível, assinale a correta:

(F) Com o advento da Lei 9.099/95, interessa apenas a presença do advogado em sessão de conciliação, pois permite a lei, a representação por procurador, desde que constituído nos autos.

(F) Contra o revel, ainda que não esteja expreso na Lei dos Juizados Especiais Cíveis, os prazos apenas fluirão a partir da intimação.

(V) No Juizado Especial Cível, a revelia decorre da ausência da parte em audiência e não da falta de contestação.

(F) A falta do reclamante em audiência de instrução e julgamento, tendo sido devidamente intimado, acarretará em sua revelia.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

52) Sobre a Lei Processual Penal no tempo, assinale a alternativa correta:

(F) A Lei Processual Penal posterior não se aplica aos processos instaurados antes de sua vigência.

(V) A Lei Processual Penal posterior se aplica imediatamente após sua vigência em todos os processos, inclusive nos já instaurados.

(F) A Lei Processual Penal posterior se aplica imediatamente após sua vigência em todos os processos, devendo, no entanto, serem retificados os atos anteriores.

(F) Sob a vigência de Lei Processual Penal posterior, somente os atos decisórios que sejam contrários à sua orientação serão obrigatoriamente revistos.

53) Se o órgão do Ministério Público ao invés de apresentar denúncia requerer o arquivamento do inquérito policial e, o juiz entender não ser caso de arquivar-se o feito, assinale a alternativa correta, quanto ao procedimento a ser adotado:

(F) O juiz fará remessa dos autos ao Procurador Geral; o Procurador Geral é obrigado a apresentar denúncia.

(F) O juiz fará remessa dos autos ao Procurador Geral; o Procurador Geral é obrigado a apresentar denúncia, podendo designar outro órgão do Ministério Público para fazê-lo.

(V) O juiz fará remessa dos autos ao Procurador Geral; o Procurador Geral poderá apresentar denúncia, designar outro órgão do Ministério Público para tal ou ainda insistir no seu arquivamento; neste último caso o juiz será obrigado a determinar o arquivamento.

(F) O juiz determinará ao órgão do Ministério Público a apresentação da denúncia e se este insistir no arquivamento, o juiz deverá providenciar o requerimento.

54) Sobre a exceção de suspeição no processo penal, é correto afirmar:

(V) É processada em autos apartados e não suspende, em regra, o andamento da ação penal.

(F) Pode o juiz afirmar verbalmente sua suspeição.

(F) Há suspeição do juiz decorrente de parentesco por afinidade, ainda que dissolvido o casamento que lhe deu causa, desde que não havendo descendentes deste matrimônio.

(F) Cabe exceção de suspeição da autoridade policial que presidir o inquérito policial.

55) Sobre a citação no processo penal, é correto afirmar:

(F) O acusado que for citado por edital e não comparecer, nem constituir defensor, terá decretada sua revelia, prosseguindo-se o feito, sendo-lhe nomeado defensor dativo, mas não será proferida sentença, até ser encontrado pessoalmente.

(F) Se o réu for citado pessoalmente, ou intimado para qualquer ato e deixar de comparecer, o processo será suspenso, bem como o prazo prescricional, podendo ser decretada sua prisão preventiva, ouvindo-se apenas as testemunhas de defesa.

(V) O acusado que for citado por edital e não comparecer, nem constituir defensor, terá suspensos o processo e o prazo prescricional, podendo o juiz produzir as provas reputadas urgentes e decretar-lhe a prisão preventiva.

(F) Se for verificado que o réu se oculta para não ser citado, o juiz decretará a prisão temporária, ouvindo-se as testemunhas de defesa.

56) Assinale a alternativa correta:

(F) A ação penal pública é de domínio do Ministério Público, não sendo admitida a intervenção do ofendido.

(F) A admissão de assistente da acusação depende unicamente da concordância do agente do Ministério Público, que tem poder de decisão sobre a matéria.

(V) Não cabe recurso do despacho que admite ou não a assistência da acusação.

(F) Somente pode ser requerida admissão de assistência na fase instrutória do processo.

57) De acordo com as disposições da lei adjetiva penal, assinale a alternativa correta:

(F) Os juizes singulares não sujeitam-se a prazos determinados para despachos e decisões.

(V) Os juizes e órgãos do Ministério Público responsáveis pelo retardamento injustificado do processo terão descontados de seus vencimentos tantos dias quanto os atrasados.

(F) Os prazos processuais são interrompidos nos domingos e feriados.

(F) Os prazos continuam a correr se houver impedimento do juiz.

58) Sobre as nulidades no processo penal é correta a assertiva:

(V) O ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa, não terá declarada nulidade.

(F) A incompetência do juízo é causa de nulidade absoluta do processo, devendo ser refeitos todos os atos presididos pelo juiz incompetente.

(F) As nulidades verificadas a qualquer tempo do processo poderão ser argüidas a todo o tempo, inclusive depois da sentença definitiva.

(F) A presença de menos de 15 (quinze) jurados à seção do Júri não é causa de nulidade, desde que seja possível o sorteio de pelo menos 7 (sete).

59) Assinale a alternativa correta acerca da revisão criminal:

(F) A descoberta de novas provas que inocentem o condenado ou lhe diminuam a pena, não autorizam revisão do processo.

(V) A revisão do processo pode ser requerida a qualquer tempo, inclusive antes ou depois de extinta a pena.

(F) A decisão do processo de revisão pode agravar a pena imposta.

(F) Não é acumulável ao pedido de revisão, o de indenização pelos prejuízos sofridos.

60) Assinale a alternativa correta:

(F) A competência do Juizado Especial Criminal é determinada pelo domicílio do autor do fato.

(F) Orienta-se o processo em trâmite nos Juizados Especiais Criminais, pelos

critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, devendo a reparação do dano ser perseguida exclusivamente em processo de natureza civil.

(F) Nas audiências realizadas nos Juizados Especiais Criminais todos os atos deverão ser objeto de registro escrito, sob pena de nulidade.

(V) A citação do autor do fato será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

61) Assinale a alternativa correta:

(F) Se ocorrendo duas ou mais infrações, tenham sido praticadas para facilitar ou ocultar as outras, a competência será determinada pela continência.

(F) Se duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração, a competência será determinada pela conexão.

(V) Na determinação da competência por conexão ou continência, de crimes de mesma natureza, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.

(F) Determinada a reunião de processos por conexão, descabe a sua separação.

62) O termo de apelação, recurso em sentido estrito, apresentação de razões de apelação e embargos de declaração, respectivamente têm os seguintes prazos:

(F) 15 (quinze) dias, 10 (dez) dias, 15 (quinze) dias e 02 (dois) dias.

(F) 15 (quinze) dias, 05 (cinco) dias, 08 (oito) dias e 05 (cinco) dias.

(V) 05 (cinco) dias, 05 (cinco) dias, 08 (oito) dias e 02 (dois) dias.

(F) 05 (cinco) dias, 10 (dez) dias, 15 (quinze) dias e 05 (cinco) dias.

## DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

63) Acerca das verbas previdenciárias julgue as assertivas abaixo e depois indique a alternativa correta:

(V) Quanto é notória a presença de acordo sem reconhecimento de vínculo empregatício, e incidindo a contribuição previdenciária por parte do autor como autônomo, a rigor, é desnecessária a intimação do INSS.

(F) A Justiça do Trabalho não possui competência para determinar descontos previdenciários.

INSS pode se pronunciar acerca dos descontos previdenciários antes mesmo da liquidação da sentença, ou seja, logo após sua publicação.

(F) O órgão previdenciário possui prazos especiais para ofertar impugnação ao valor relativo às contribuições previdenciárias, sendo os mesmos contados em dobro.

(F) O INSS somente pode se valer dos Embargos à Execução para discutir sobre valores referentes aos débitos previdenciários.

64) Leia atentamente as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

(F) Em caso de haver acordo, sentença normativa ou convenção em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos trinta dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.

(V) Pode-se dizer que o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho, aplicáveis no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho é a Convenção Coletiva de Trabalho.

(F) As Convenções e os Acordos serão celebrados por via verbal ou escrita, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenientes ou as empresas acordantes, dispensando-se o registro, sendo proibida a estipulação de duração de Convenção ou Acordo Coletivo com prazo superior a 01 (um) ano.

(F) As Convenções e os Acordos deverão conter obrigatoriamente : designação dos sindicatos convenientes ou dos sindicatos empresas acordantes; prazo de vigência; condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência; penalidades para os sindicatos conveniente, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos.

65) Assinale a alternativa correta:

(V) O juiz é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, por algum dos seguintes motivos: inimizade pessoal; amizade íntima; parentesco por consangüinidade ou afinidade até o terceiro grau civil; interesse particular na causa.

(F) Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, todas as exceções podem ser opostas com suspensão do feito, inclusive as exceções de suspeição ou incompetência.

(F) Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, caberá recurso.

(F) Após apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

66) Acerca das audiências na Justiça do Trabalho, aponte a alternativa correta:

(F) O empregador, ao comparecer na audiência de julgamento, deve sempre se fazer substituir pelo preposto que tenha conhecimento do fato.

(V) O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia além de confissão quanto à matéria de fato.

(F) Nas audiências de instrução de inquérito para apuração de falta grave as partes poderão indicar testemunhas até o limite de 03 (três).

(F) Em casos de reclamações plúrimas ou ações de cumprimento os trabalhadores não poderão se fazer representar pelo Sindicato de sua categoria profissional.

67) Admitido o empregado, a carteira de trabalho deverá ser anotada:

(F) Em 5 dias.

(F) Após o término do contrato de experiência.

(V) Em 48 horas.

(F) Quando o empregado solicitar.

68) Considerada uma jornada normal de oito horas diárias, assinale a alternativa correta quanto aos intervalos:

(F) O intervalo mínimo intrajornada é de duas horas e o entre jornadas é de



onze horas.

(V) O intervalo mínimo intrajornada é de uma hora e o entre jornadas é de onze horas.

(F) O intervalo máximo intrajornada é de uma hora e o entre jornadas é de duas horas.

(F) O intervalo máximo intrajornada é de onze horas e o entre jornadas é de uma hora.

69) Recurso, em direito processual, significa o meio de provocar, na mesma ou na superior instância, a reforma ou modificação de uma sentença desfavorável. A respeito dos recursos na Justiça do Trabalho, assinale a resposta correta:

(F) O agravo de petição é espécie recursal, cabível para o Tribunal Regional da respectiva Região, contra decisões que esgotam a função jurisdicional, no processo de conhecimento, em primeira instância.

(V) O recurso cabível para o Tribunal Superior do Trabalho contra o acórdão proferido, em última instância, pelo Tribunal Regional do Trabalho, para que o Tribunal Superior do Trabalho possa rever o que foi decidido pelo Tribunal Regional do Trabalho, é o recurso de revista.

(F) O recurso de embargos de declaração não é restrito às hipóteses de decisões em processo executivo, limitando o legislador à matéria que nele poderá ser tratada, é utilizado também para destrancar recurso cujo seguimento foi denegado pelo juízo a quo.

(F) O recurso ordinário é aquele que visa o reexame da questão julgada pelo próprio tribunal que a julgou.

## ESTATUTO DA OAB, ÉTICA E DISCIPLINA

70) O exercício da atividade da advocacia no território brasileiro e a denominação de advogados:

(F) São prerrogativas dos que possuem o grau de bacharel em Direito.

(F) Têm como pré-requisito a habilitação no Exame de Ordem.

(V) São privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

(F) É garantia constitucional a todos os que concluem o Curso de Direito.

71) Quanto à hierarquia entre advogados, membros do Ministério Público e Magistrados, assinale a alternativa correta:

(F) É dever do advogado respeitar a hierarquia existente, tratando juízes e promotores na exata extensão de suas funções.

(V) Não há hierarquia nem subordinação entre Advogados, Magistrados e membros do Ministério Público.

(F) Só há subordinação funcional entre advogados e magistrados no exercício de suas funções.

(F) Os advogados, os juízes e os membros do Ministério Público têm sua hierarquia estabelecida nas suas respectivas Leis Orgânicas.

72) Além da inscrição principal do advogado feita no Conselho Seccional onde estabeleceu o seu domicílio profissional, o advogado deve promover inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passe a exercer habitualmente a profissão. Para tanto, considera-se habitualidade:

- (F) A prática ininterrupta da atividade da advocacia.
- (F) A prática da atividade da advocacia sempre no mesmo território do Conselho Seccional onde o advogado tem sua inscrição principal.
- (F) O exercício esporádico da advocacia em territórios diferentes daqueles em que o advogado possui sua inscrição principal.
- (V) A intervenção judicial que exceder a cinco causas por ano, fora do território do Estado onde o advogado possui sua inscrição principal.

73) O Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, ao se referir à incompatibilidade e ao impedimento, deixa claro que no exercício da advocacia:

- (F) Não há qualquer tipo de incompatibilidade para o advogado.
- (F) O impedimento é a proibição total do exercício da advocacia e a incompatibilidade é a proibição parcial.
- (F) O advogado não pode ser impedido, por qualquer motivo, de advogar.
- (V) A incompatibilidade determina a proibição total e o impedimento a proibição parcial do exercício da advocacia.

74) Assinale a alternativa correta:

- (F) O advogado integrante de sociedade de advogados não responde pelos danos causados aos seus clientes, porque esta responsabilidade é exclusiva da sociedade de advogados.
- (F) A sociedade de advogados pode ser registrada em cartório de registro civil de pessoas jurídicas.
- (V) Não são admitidas a registro, nem podem funcionar, as sociedades de advogados que apresentem forma ou características mercantis, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam sócio não inscrito como advogado ou totalmente proibido de advogar.
- (F) O sócio que se licenciar para exercer atividade incompatível com a advocacia, se em caráter temporário, não necessita averbar o licenciamento no registro da sociedade.

75) A pretensão à punibilidade por infrações disciplinares prescreve:

- (F) Em três anos, contados da data da constatação do fato.
- (F) Em dois anos, contados da data da consumação do fato.
- (V) Em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato.
- (F) Não há prescrição para os processos disciplinares na OAB, até que se apurem os fatos da infração.

76) Quanto à publicidade, o advogado:

- (F) Pode divulgar por qualquer meio de comunicação seus serviços da forma que melhor atender seus interesses.
- (F) Pode fazer a divulgação de seus serviços em conjunto com outra atividade que eventualmente exerça, desde que o faça de forma discreta e moderada.
- (F) Pode utilizar publicidade em placas, painéis luminosos e "outdoor", desde que não use cores fortes neste tipo de divulgação.
- (V) Pode anunciar seus serviços com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação em conjunto com outra atividade.

77) O Processo Disciplinar na OAB instaura-se:

(V) De ofício ou mediante representação dos interessados, não podendo ser anônima.

(F) Sempre de ofício, a critério do Tribunal de Ética e Disciplina.

(F) Por requerimento da parte interessada ou por denúncia, ainda que anônima.

(F) Somente após a apreciação do caso pelo Conselho Seccional.

78) O Código de Ética e Disciplina da OAB preceitua que são deveres do advogado, entre outros:

(F) Somente peticionar em nome de seu cliente quando assim determinado pelo juízo.

(F) Abandonar, de imediato, a causa confiada a seu patrocínio quando entender estar comprometida a relação de confiança entre o profissional e seu cliente mediante simples comunicação desta decisão nos autos do processo.

(V) Estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.

(F) Aceitar, por indicação de seu cliente, atuar no processo com outros advogados.

79) Quanto ao sigilo profissional, é correto afirmar que:

(F) É relativo, podendo o advogado revelar as informações prestadas pelo cliente sempre que entender que tal revelação não causará nenhum prejuízo.

(F) É absoluto, porém somente enquanto durar o processo sob o patrocínio do advogado, após o que entende-se afastado o dever do sigilo.

(F) Somente existirá se expressamente determinado ou solicitado pelo constituinte ao advogado.

(V) É inerente à profissão, impondo-se o seu respeito, salvo grave ameaça à vida, à honra, ou quando o advogado se veja afrontado pelo próprio cliente e, em defesa própria, tenha de revelar segredo, porém sempre restrito ao interesse da causa.

80) Em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, o advogado pode ser suspenso preventivamente:

(F) Somente depois do julgamento de mérito do processo disciplinar, com a decisão transitada em julgado.

(V) Pelo Tribunal de Ética e Disciplina, depois de ouvido em sessão especial para a qual deverá ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação.

(F) Somente pelo Presidente do Conselho Seccional, após aprovação da sanção, por manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.

(F) Somente se a infração cometida implicar em exclusão dos quadros da OAB